

Os diversos matizes da revolta: a ideia de Revolução Social através da historiografia do trabalho referente à Primeira República

Frederico Duarte Bartz¹

Introdução

No decorrer deste artigo analiso como a ideia de Revolução Social foi tratada ao longo do tempo pela historiografia que tem como objeto o movimento operário durante a Primeira República. Este tema se justifica pela centralidade que as organizações e militantes revolucionários tiveram nos estudos sobre a classe trabalhadora, especialmente nas primeiras décadas do desenvolvimento destes trabalhos, durante os anos 1960 e 1970. Posteriormente, com o surgimento da história social do trabalho durante os anos 1980, com a diversificação dos recortes e dos atores pesquisados, este enfoque vai perdendo força. Nos anos 2000, surge um debate significativo sobre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, mas ele também pode ser interpretado como parte de um movimento de matizar, com tons cada vez mais leves, a importância das ideias e projetos revolucionários para a classe operária da Primeira República. O título deste artigo, inclusive, é uma referência a um texto clássico de Maria Cecília Velasco e Cruz, que questiona a predominância dos militantes anarquistas e revolucionários entre os operários do Rio de Janeiro durante este período². O que procuro analisar, entretanto, não são as ideias e projetos dos trabalhadores organizados, mas os matizes das concepções dos próprios historiadores ao lançarem seus olhares sobre os militantes revolucionários daquele período.

Primeiros Estudos

A história do movimento operário brasileiro começou a ser escrita de forma mais sistemática no início dos anos 1960, com a publicação de livros como “*A formação do PCB*”, de Astrojildo Pereira e *História das Lutas Sociais no Brasil* de Everardo Dias (ambos fundadores do Partido Comunista)³. Estes textos, produzidos em um momento de grande ebulição social, tentavam resgatar o protagonismo da classe trabalhadora nos conflitos sociais do começo do século XX. Através de um trabalho que buscava na memória (pessoal e de outros militantes) o processo de formação de uma coletividade de trabalhadores, estes autores foram fundamentais em

¹ Técnico em Assuntos Educacionais na UFRGS e Doutor em História pela mesma universidade.

² VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: PPG em História do IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado).

³ Embora algumas obras tratassem da história do movimento operário, como *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, de Herminio Linhares, de 1955 e *Anarquismo: roteiro de libertação social*, de Edgar Leuenroth, publicado em 1963, os livros de Dias e Pereira foram um marco de sistematização sobre um tema que se encontrava disperso. Para um bibliografia dos estudos do período anterior à 1960, ver RODRIGUES, Jose Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. p. 191-215.

um primeiro momento das pesquisas sobre história do trabalho no país. Mesmo que sua história, escrita a partir de uma perspectiva militante, não seja tão acurada em termos de pesquisa de fontes quanto os posteriores trabalhos acadêmicos, estes autores possuíam uma noção de totalidade do processo de mobilização e da formação de organizações políticas que dificilmente encontra paralelos na história do trabalho das últimas décadas.

Tanto Pereira quanto Dias entendiam a mobilização da classe trabalhadora em função da busca de formas superiores de organização e participação política. Neste sentido, Astrojildo Pereira mostrava o período anarquista do movimento operário brasileiro (até a fundação do PCB em 1922) como sendo marcado por valores típicos da fase artesanal da indústria, como o individualismo extremo, que impedia qualquer tipo de ação mais coordenada. Desta forma, a derrota das organizações operárias nas grandes mobilizações em finais da década de 1910, teria como uma das causas a falta de um partido dirigente centralizado, o que apenas seria alcançado com a fundação do PCB em 1922: “*as reivindicações formuladas, por aumento de salário, por melhores condições de trabalho, etc, constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações de um nível superior*”. O que faltaria naquele momento seria a orientação de um partido, como o que surgiria em 1922, para aproveitar este ímpeto de forma a direcioná-lo para um fim revolucionário de forma consequente:

Admiráveis exemplos de firmeza, de bravura, de abnegação se verificaram um pouco por toda a parte, durante as greves e manifestações de massa que se multiplicavam de maneira contagiosa, naqueles anos. Faltava porém um centro coordenador, um comando geral à altura das circunstâncias, em suma – uma direção política, que só um partido independente de classe poderia imprimir a todo o movimento. Em tais condições, era inevitável que, ao cabo de algum tempo, quebrado o ímpeto combativo das massas, pudesse a reação patronal e governamental retomar a iniciativa e desencadear uma onda de terror visando à liquidação do movimento revolucionário⁴.

A direção anarquista das organizações operárias teria falhado pela própria falta de um centro coordenador, o que somente um partido centralizado e bem articulado poderia oferecer. A repressão, neste caso, não seria a principal causa do recuo do movimento operário, mas sim a falta de organização, que não poderia ser propiciada pelos anarquistas, o que permitiu o sucesso da reação conservadora. Esta interpretação deve muito à análise do dirigente comunista Octávio Brandão em seu livro “*Agrarismo e Industrialismo no Brasil*”, escrito em 1924, e que acabou por se tornar muito influente posteriormente. Mesmo um autor bem mais simpático quando descreve a ação dos anarquistas e dos sindicalistas revolucionários, como Everardo Dias, ao se remeter aos debates que ocorriam naquele momento entre os militantes favoráveis e contrários à Revolução Russa, considera que “*Os anarquistas em seus trabalhos e na exposição de suas teorias sempre se mostraram privados de uma clara*

⁴ PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB: notas e documentos (1922-1928)*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1962. p. 32.

consciência de classe, resultando das concepções pequeno-burguesas desses dirigentes”⁵.

Esta interpretação influenciaria também outro estudo sobre o movimento operário na mesma década, *“O Ano Vermelho”*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Escrito em 1967, por ocasião dos cinquenta anos da Revolução Russa, trata-se de uma pesquisa profunda sobre os mais diversos impactos da revolução bolchevista no Brasil⁶. Apesar de não analisar apenas o movimento dos trabalhadores, este livro dedica a maior parte de suas páginas para descrever a mobilização operária, a formulação de documentos e a criação de grupos políticos influenciados pela lufada revolucionária que vinha da Rússia dos Soviets. Desta forma, a análise da ideia de Revolução Social e sua relação com a ideologia dos militantes está no centro da preocupação de Bandeira. Um dos grandes méritos deste estudo é ter se debruçado sobre fenômenos pouco analisados nas obras anteriores, como a formação de um primeiro Partido Comunista do Brasil, em 1919, a partir da ação de militantes libertários. De qualquer forma, o autor mantém o centro do argumento desenvolvido pelos historiadores ligados ao PCB, de que faltaria uma direção centralizada para o avanço da Revolução Social.

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o tema surgiram durante os anos 1970, como o livro de Sheldon Leslie Maran, *“Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro/1890-1920”*⁷ e *“Trabalho urbano e conflito social”*, de Boris Fausto⁸. Estas obras trabalhavam com documentação e rigor científico muito maior que os dos primeiros memorialistas, mas, incorriam na mesma análise crítica dos militantes anarquistas, vendo em sua falta de ação centralizada um dos problemas decisivos para que as grandes manifestações que os libertários lideraram não tivesse um efeito político consistente. Ou seja, o ímpeto revolucionário e a propagação da ideia de Revolução Social entre os militantes operários durante a Primeira República acabou por mostrar os limites da militância libertária, sendo um dos fatores que provocou o encerramento da primeira fase do movimento operário no Brasil.

Do ponto de vista organizatório, a óbvia consequência da recusa da instância política consistiu em não se formular o problema do partido como núcleo agregador de interesses. No plano sindical, as concepções espontaneístas tiveram efeito particularmente desagregador, nas condições de um país que oferecia enormes dificuldade a qualquer tipo de organização.

A orientação da vanguarda anarquista teve assim um peso que não pode ser ignorado ao longo da história do movimento operário do período e na conjuntura

⁵ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit. 1962. p. 104.

⁶ BANDEIRA, Luis Alberto Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

⁷ MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁸ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1977.

de 1917-1920. Ai se atualizam as debilidades de uma teoria, às quais se poderia acrescentar as oscilações entre uma estratégia insurrecional utópica e a mera identificação com as lutas espontâneas, os erros táticos dos quais o mais flagrante – nascido de uma dificuldade de avaliar as relações de força – foi o de tentar organizar greves gerais contra a repressão, em um momento de refluxo⁹.

No final desta década e durante os anos 1980, se destaca também o levantamento de fôlego realizado por Edgar Carone, em seus estudos sobre “*O movimento operário no Brasil (1877-1944)*” e “*O PCB: 1922 a 1943*”¹⁰. Nestas pesquisas a organização sindical, as ideias políticas e o cotidiano dos trabalhadores se encontram organizadas em um volume muito grande e coerente de informações, em um projeto intelectual marcado pelo desejo de síntese e totalidade, que é a grande marca destes primeiros estudos sobre a classe operária brasileira. Nestas análises, a ideia de Revolução Social tem centralidade, já que o movimento operário era visto principalmente a partir de suas instituições políticas, como o Partido Comunista do Brasil. Esta lógica vai mudar a partir da década de 1980, com uma virada em direção ao cotidiano, à organização de base, às práticas culturais, que vão resultar na valorização da tradição anarquista dentro do movimento operário brasileiro.

A renovação da história do trabalho

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, existe uma renovação historiográfica no Brasil, que responde a modificações sociais mais amplas do final da Ditadura Militar, com um interesse renovado sobre a mobilização social. Se verifica um influxo teórico novo, como as obras de Foucault e Thompson, que chegavam ao Brasil fazendo com que os pesquisadores voltassem os olhos para aspectos antes pouco valorizados, como a luta cultural e a vida cotidiana. Além disso, ocorriam importantes mudanças na vida política do país, como o surgimento do novo sindicalismo e a formação do Partido dos Trabalhadores, o que era um incentivo para estudar as mobilizações operárias da Primeira República a partir de novas perspectivas¹¹. Neste contexto era possível identificar as práticas do novo sindicalismo com características da tradição libertária, como a organização voltada para a mobilização de base e uma maior horizontalidade nas decisões coletivas. Deste período são obras como os dois volumes de *A Classe operária no Brasil*, de Paulo

⁹ FAUSTO, op. cit., p.247-248.

¹⁰ As duas coletâneas se compõem de três volumes publicados a partir de 1979 e 1981. CARONE, Edgar. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979 e CARONE, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.

¹¹ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

Sérgio Pinheiro e Michael Hall¹², *Nem pátria, nem patrão!*, de Francisco Foot Hardman¹³ e *Trabalho, lar e botequim* de Sydney Chalhoub¹⁴.

Esta reorientação, como observei, valorizava muitos aspectos da militância libertária, entre os quais o fato destes militantes não se prenderem a um projeto político definido. Isto teve um profundo impacto nas formas de ver a ideia da Revolução Social no âmbito do movimento operário. O trabalho que talvez mais represente esta visão seja “*O sonhar libertário*”, de Cristina Hebling Campos. Neste livro, a autora afirma que o anarquismo era uma utopia, não um projeto de poder, desta forma, as críticas apontadas pelos primeiros historiadores do movimento operário não se sustentavam:

Embora as táticas de luta anarquista e sindicalista revolucionária tenham sido consideradas ineficazes (pela historiografia) simplesmente pelo aludido “insucesso histórico”, este mesmo “insucesso” guarda pouca relação com o “sucesso” dos partidos de tipo bolchevique que foram criados com a influência da Revolução Russa. Os objetivos a que se propunham tinham pontos de divergência, como também de contato, com os libertários. Estes não tinham preocupação, aliás, rejeitavam a tomada e a participação no PODER - eles queriam destruí-lo. E destruir o PODER implicava em negar a estrutura em que este se montava, evitando, inclusive, os princípios básicos de organização nos seus sindicatos e associações políticas: a hierarquia e a subordinação das bases, isso diferenciava comunistas e anarquistas¹⁵.

Desta forma, o que era considerado uma falha, transformava-se em uma virtude, ficando assim os comunistas como os militantes cuja ação desestruturaria a força criativa e revolucionária do movimento operário brasileiro. Esta crítica e esta tentativa de revisão da historiografia anterior fica muito clara também no livro “*A Invenção do Trabalhismo*”, de Ângela de Castro Gomes, que se vale dos escritos do líder anarquista José Otílica para se contrapor a Astrojildo Pereira ao tratar da formação do PCB. Castro Gomes tenta mostrar que a mudança ideológica se deu de forma lenta, depois de 1922, em um contexto de repressão e dispersão do movimento, o que dificultava a expansão de uma nova ideologia revolucionária¹⁶. Ou seja, a razão da mudança de hegemonia não teria sido por uma falha do anarquismo em sua

¹² PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michel. *A classe operária no Brasil: o movimento operário: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1979 e PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michel. *A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e com o Estado: documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹³ HARDMANN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!* Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁴ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁵ CAMPOS, Cristina Ebling. *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921*. Campinas: Pontes/UNICAMP. 1988. p. 112-113.

¹⁶ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice. 1988. p.138-139, 150-154.

promoção da Revolução Social, mas da dispersão dos militantes revolucionários, o que abriria espaço para outras correntes.

Por outro lado, neste período também existe um questionamento da abrangência das correntes revolucionárias dentro do movimento operário, como na pesquisa de Maria Cecília Velasco e Cruz, *“O Amarelo e o Negro: matizes do comportamento operário na República Velha.”*. A autora aponta que mesmo os militantes anarquistas não eram plenamente hegemônicos em relação a outras organizações, que seguiam diferentes formas de reformismo e colaboração com o Estado. Neste caso, mesmo a valorização do anarquismo deveria ser matizada e contextualizada conforme os diferentes casos, já que a autora estuda o Rio de Janeiro (caso em geral preterido nestes estudos em relação a São Paulo) onde os libertários estariam menos presentes entre os trabalhadores organizados¹⁷.

Um dos principais centros de difusão desta renovação da historiografia sobre a classe trabalhadora foi a Universidade de Campinas (UNICAMP), cujos historiadores iniciaram uma tradição historiográfica profundamente influenciada pelo marxismo britânico, especialmente por E.P. Thompson. Estes historiadores, muitos ligados ou próximos ao Partido dos Trabalhadores, faziam a crítica à historiografia anterior, ligada à tradição comunista, que centrava seus estudos na militância e nas organizações políticas. A consequência deste processo foi uma ampliação da história do movimento operário e da sociologia do trabalho em direção a uma história social do trabalho, que abarcava os aspectos culturais da formação da classe em uma perspectiva mais abrangente.

Mas, se esta reorientação permitiu uma ampliação dos temas e das formas, também é verdade que ocorreu uma paulatina restrição a alguns recortes de pesquisa. Estas modificações historiográficas acabaram por tirar o foco das questões propriamente políticas nas quais estava envolvido o movimento operário. Projetos revolucionários, por exemplo, foram perdendo cada vez mais espaço e despertando cada vez menos interesse. Pode-se afirmar que, com o fim da União Soviética e a crise dos regimes comunistas, estes temas ficaram cada vez mais distantes.

Este processo de revisão crítica não estava restrito aos pesquisadores ligados à história social do trabalho, foi bem mais amplo. Um bom exemplo de uma atitude mais geral da historiografia deste período, de afastamento dos temas ligados à Revolução Social, pode ser encontrado em *“Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)”*, de Paulo Sérgio Pinheiro. Este livro foi escrito em princípios dos anos 1990, e mostrava todos os projetos revolucionários do PCB, de 1922 até 1935, como enganos de um grupo político que se orientava mais pela linha de ação proposta por Moscou, do que através da compreensão dos mecanismos internos da sociedade brasileira¹⁸.

¹⁷ VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Amarelo e Negro: matizes do comportamento operário na República Velha*. Rio de Janeiro: PPG em História do IUPERJ, 1981. (Tese de Mestrado). pp.148-182.

¹⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. 2ª ed. rev. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Mesmo que o tema de Pinheiro não se ligue diretamente ao movimento operário, sua obra é de interesse, pois se insere em uma tendência de crítica ao projeto revolucionário dos comunistas, mas também está relacionado ao abalo das certezas que atingiu as esquerdas no começo da década de 1990. Quanto ao anarquismo, apesar da valorização do estudo desta corrente, este corpo de ideias não estava isento de um estudo mais crítico e da problematização da sua história pregressa. Neste contexto que se inicia uma revisão mais detida das próprias ideias anarquistas.

O debate sobre anarquismo e sindicalismo revolucionário

Ainda nos anos 1980, Giuseppina Sferra havia escrito “*Anarquismo e anarcossindicalismo*”, tentando mostrar, através de dois jornais ácratas, *A Terra Livre* e *La Battaglia*, como se organizavam respectivamente duas tendências do movimento libertário: os anarquistas e os anarcossindicalistas. Para os primeiros, a associação dos trabalhadores deveria ser feita a partir de grupos livres, que respeitassem a vontade dos indivíduos. Para os segundos, o sindicato era a melhor forma de organização para que, através de mobilizações e conquistas parciais, se pudesse chegar ao ponto de formar um verdadeiro “partido do trabalho”, cuja força, baseada no sindicalismo, teria poder suficiente para derrubar a sociedade burguesa através da greve geral revolucionária¹⁹.

Depois da problematização do anarquismo feita por Sferra, a própria ideia de um anarcossindicalismo como corrente autônoma do movimento operário passou a ser alvo de críticas mais consistentes. Em um artigo de 1994 chamado “*O Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito historiográfico*”, Adhemar Lourenço da Silva Júnior faz uma dura crítica ao termo, mostrando que, durante a Primeira República, ele nunca havia existido concretamente. Existiam os militantes anarquistas e havia os sindicatos, mas a atuação destes nas associações de classe não fizera surgir uma diretriz política nova em relação a outros tipos de anarquismos. Neste caso, a concepção teria surgido a partir de análises feitas de parte de seus adversários políticos, como os comunistas, interpretando o movimento associativo como sendo repositório de uma ideologia naturalmente inculcada a partir “de fora” da classe e das organizações²⁰.

No início da década seguinte a historiadora Edilene Toledo avança na hipótese da separação entre o anarquismo e o sindicalismo, em uma tese defendida no ano de 2002 e publicada em 2004, chamada “*Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945*”. A pesquisa de Toledo tenta comprovar, através da militância intercontinental de três líderes sindicais italianos, a

¹⁹SFERRA, Giuseffina. *Anarquismo e anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática. 1987.

²⁰SILVA JR. Adhemar Lourenço. O Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito historiográfico. In. D'ANGELO, Ana Lúcia Vellinho. *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994. p.151-159.

existência (e até a predominância) de uma corrente chamada sindicalismo revolucionário entre os militantes operários de São Paulo. Seu principal ponto de ruptura em relação ao anarquismo é o papel do sindicato na luta contra o capitalismo, ou seja, seu papel na Revolução Social. Para os sindicalistas, era uma forma privilegiada de organização, pois ajudava os trabalhadores em conquistas cotidianas e oferecia um modelo para a formação da sociedade futura. Para os anarquistas, como o italiano Errico Malatesta, o sindicato tendia à burocratização ou à consolidação de privilégios, obstaculizando a luta operária, mais do que preparando-a²¹.

Um dos efeitos desta relativização do caráter anarquista do movimento sindical de São Paulo foi uma leitura mais suavizada do estímulo revolucionário que alimentaria a ação dos militantes operários. De fato, enquanto os anarquistas tinham como objetivo o fim do Estado, os sindicalistas perseguiram este objetivo “ideal” em função de uma luta que não era necessariamente revolucionária, mas buscava melhorias pontuais como uma redução de carga horária ou um aumento de salário. Por esta razão, conforme Toledo, o movimento operário foi muito mais sindicalista revolucionário que anarquista, e, ao fim e ao cabo, mais sindicalista que revolucionário.

As injunções entre movimento operário e ideias revolucionárias continuaram despertando interesses dos pesquisadores. Alexandre Samis, em artigo intitulado “*Pavilhão negro sobre pátria oliva*” (que parece ser uma resposta ao trabalho de Edilene Toledo) insiste no papel dinamizador da ideologia anarquista dentro do movimento operário brasileiro. Mesmo tendo atuado na construção de sociedades de resistência que pregavam a não filiação a alguma corrente política específica, como a Confederação Operária Brasileira, os militantes libertários teriam dotado estas associações com uma finalidade revolucionária, já que se utilizavam destes organismos para sua agitação e propaganda. Esta finalidade revolucionária teria sido responsável por grande parte das mobilizações e conquistas do movimento dos trabalhadores, algo que poderia ser observado pelo fato de que tanto o anarquismo, quanto o sindicalismo revolucionário, teriam se eclipsado durante o mesmo período.

Assim, pode-se entender porque, embora distintos, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo perdem ambos a expressão na mesma época. A luta pela liberdade, que se fazia mais clara e autêntica pela via classista, defendida pelos libertários, só teve a envergadura observada nos primeiros tempos porque os espíritos estavam voltados para a consecução de objetivos mais ousados. Na medida da institucionalização do movimento operário e da vinculação das lutas no plano oficial e eleitoral, as perspectivas de transformação radical seriam gradativamente abandonadas, empurrando os anarquistas, a cada avanço das reformas, para os bastidores dos movimentos sociais. Embora as teses libertárias jamais tivessem perdido a atualidade, elas funcionavam melhor em um ambiente de intransigente defesa da revolução²².

²¹ TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

²² SAMIS, Alexandre. *Pavilhão negro sobre pátria oliva*. In. COLOMBO, Eduardo et Alli. *História do*

O debate continuou nos anos seguintes, com a tese de Tiago Bernardon de Oliveira, “*Anarquismo, sindicato e revolução no Brasil: 1906-1937*”, defendida em 2009. Apesar de não negar a existência do sindicalismo revolucionário, Oliveira aponta para um uso instrumental deste sindicalismo pela maior parte dos anarquistas, para penetrar nos sindicatos, declarando-os apolíticos, neutralizando assim seus inimigos socialistas. Desta forma, mesmo os anarquistas poderiam estar se valendo de formas diversas de atuação, que se afastariam de suas ideias originais, para alcançar determinados fins que lhes interessavam²³.

No mesmo ano em que Oliveira defendeu sua tese, Wellington Barbosa Nébias apresentou uma dissertação em que analisou a presença do sindicalismo revolucionário no movimento operário carioca, retomando muitos argumentos de Toledo. Em “*A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*”, o autor observa a relação entre os militantes anarquistas, organizados em associações próprias, com os trabalhadores que atuavam nos sindicatos por ocasião da revolta de novembro de 1918, que coincidiu com a deflagração de uma greve geral na Capital da República²⁴. As conclusões de Nébias apontam para uma dissociação dos dois movimentos, mostrando que os líderes anarquistas não tinham controle sobre os grupos sindicais e que suas aspirações revolucionárias, na maior parte das vezes, não se coadunavam com as melhorias econômicas que os sindicalistas buscavam. O anarquismo seria uma estrela de segunda grandeza no âmbito da luta dos trabalhadores. Sua atuação, no episódio insurrecional, mais teria atrapalhado do que propriamente ajudado os operários na busca por melhores condições de trabalho.

Em relação aos estudos sobre o movimento operário na Primeira República e o tema da Revolução Social, é possível estabelecer um paralelo entre a pesquisa de Nébias e o livro “*Estratégias da Ilusão*” de Paulo Sérgio Pinheiro, isto porque as ideias revolucionárias parecem estar definitivamente fora do lugar. O anarquismo, neste caso, perde seu caráter dinamizador e a busca por melhorias cotidianas aparece como um comportamento mais adequado aos interesses dos operários, que combinam certas doses de ideologia revolucionária com ações comandadas pelo pragmatismo. Neste caso, a consequência de uma separação tão estanque entre o sindicalismo e o anarquismo parece ser a supervalorização de uma ação sindical de desbotada coloração política, algo como um sindicalismo de resultado *avant la lettre*.

Movimento Operário Revolucionário. São Paulo: Imaginário/São Caetano do Sul: Imes, 2004. p.181.

²³ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Niterói: PPG em História da UFF, 2009. (Tese de Doutorado).

²⁴ NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ, 2009. (Dissertação de Mestrado).

Novas perspectivas

Apesar deste debate sobre o sindicalismo revolucionário ter se desenvolvido a partir dos anos 2000, se percebe no âmbito da história social do trabalho um claro recuo de temas relacionados à militância política e sobretudo às ideias revolucionárias. Neste contexto, ocorreu um significativo crescimento dos estudos sobre culturas de classe e também um avanço de pesquisas sobre a justiça do trabalho. O problema é que o avanço de determinados temas não justificaria o abandono de outros, ficando a impressão, muitas vezes, que o estudo das correntes revolucionárias do movimento operário da Primeira República é um assunto esgotado, o que evidentemente não é verdade.

Felipe Demier, em seu texto *“Populismo e historiografia na atualidade”*, aponta para algumas das modificações da história social do trabalho que ajudam a entender o arrefecimento dos temas aqui tratados. Analisando os pesquisas sobre o populismo, o autor mostra como os historiadores ligados à corrente “campineira” (ou seja, a tradição da história social do trabalho desenvolvida na UNICAMP) foram profundamente influenciados pela ideologia da cidadania, abraçada por uma parte da “intelligentsia” do Partido dos Trabalhadores a partir de 1990. Haveria, nesta perspectiva, uma amálgama de noções como luta de classes e hegemonia, com cidadania e luta por direitos²⁵.

O caráter “cidadanista” desta perspectiva se acentuou ao longo dos anos, principalmente depois dos anos 2000, quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o Governo Federal. Neste sentido, parece ter existido uma correspondência entre o reformismo tímido e a lógica de colaboração de classes que marcaram aqueles anos, com a expulsão de temas ligados à Revolução Social do âmbito da história do trabalho. Talvez um dos melhores exemplos desta tendência revisionista (na lógica usada por historiadores como Demian Melo e Filipe Demier), para o caso da historiografia referente à Primeira República sejam os estudos sobre o sindicalismo revolucionário. Ao acentuar o caráter reformista do sindicalismo, parece que vemos plasmado nos aguerridos militantes libertários as posições rebaixadas do sindicalismo de resultado da CUT dos anos 2000!

Isto não significa que o caminho para estudos sobre as correntes revolucionárias do movimento operário na Primeira República esteja encerrado, até porque o debate sobre o anarquismo e o sindicalismo já apontava novas possibilidades de pesquisas neste campo. A pesquisa de Tiago Bernardon de Oliveira *“Anarquismo, sindicato e revolução no Brasil: 1906-1937”*, por exemplo, mostra como são necessárias novas sínteses sobre esta corrente revolucionária em um período mais

²⁵ DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade. In: MELO, Demian. (org.) *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. pp. 122-143.

amplo de tempo do que a Primeira República e um espaço mais alargado do que apenas o centro do país (o estudo abarca Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)²⁶.

Outro caminho para a pesquisa das ideias e projetos de Revolução Social neste período, seria através do estudo de organizações revolucionárias, como o PCB. Ainda existem grandes possibilidades de pesquisas sobre a ação dos comunistas na Primeira República, tema que não foi explorado com toda sua potencialidade. Um estudo recente que mostra isso é a tese de Aruã Silva de Lima “*Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*”, do ano de 2015, em que o autor investiga a relação dos PCs do Brasil e dos EUA com organizações negras, analisando as influências mútuas em termos de debates e agenda política²⁷. Esta tese não somente abre novas perspectivas de análise em relação à questão racial no movimento operário revolucionário da Primeira República, mas também aponta para a necessidade de mais estudos comparativos do PCB em relação às organizações comunistas de outros países.

Outra perspectiva é aberta pela coletânea “*Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*”, organizada por Lincoln Secco e Bernardo Pericás em 2015. Neste volume, autores clássicos que interpretaram o país ao longo do século XX, como Caio Prado Junior e Gilberto Freire, são colocados ao lado de rebeldes e renegados, como importantes intelectuais do movimento operário brasileiro como Otávio Brandão, Astrojildo Pereira e Everardo Dias (em artigos respectivamente escritos por João Quartim de Moraes, Antonio Mazzeo e Marcelo Ridenti)²⁸. Seria interessante que se multiplicassem estudos sobre intelectuais revolucionários deste período, não apenas a partir de uma perspectiva restrita ao movimento operário, mas como leitores e formuladores da realidade brasileira.

Com a produção intelectual de Pereira e Dias, parece que voltamos ao começo deste artigo, onde iniciei com os autores pioneiros da história do trabalho no Brasil. Esta talvez seja uma prova que autores, recortes e perspectivas que pareciam estar relegadas ao passado, podem mostrar uma súbita força no presente. No decorrer deste artigo, procurei demonstrar que a ideia de Revolução Social no movimento operário da Primeira República deslocou-se da preocupação dos historiadores para posições cada vez mais periféricas ao longo do tempo, mas este processo não se deveu ao esgotamento das possibilidades de pesquisa desta temática, mas por uma escolha dos pesquisadores.

Alguns trabalhos recentes, mencionados aqui, demonstram que o estudo das ideias e projetos revolucionários na Primeira República ainda mantém vitalidade. É

²⁶ OLIVEIRA, op. cit.

²⁷ LIMA, Aruã Silva. *Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)*. São Paulo: PPG em História da USP, 2015. (Tese de Doutorado).

²⁸ PERICÁS, Bernardo e SECCO, Lincoln. (org.) *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2015.

necessário, entretanto, produzir novas sínteses, alargar os espaços geográficos, buscar comparativos com outros países e resgatar a memória dos intelectuais operários do esquecimento. Neste período em que vivemos um momento marcado por uma profunda crise institucional, pelo crescimento do conservadorismo e com a perspectiva de acirramento da luta de classes, é necessário e urgente voltar os olhos novamente para os militantes revolucionários da Primeira República, estudando suas ideias e projetos com a perspectiva digna daqueles que lutaram para mudar radicalmente sua realidade.

Artigo recebido em 29.8.2016

Aprovado em 14.10.2016